

Introdução à economia brasileira. **São Paulo: Saraiva, 2005,** de Jefferson Mariano

Ana Cristina Veiga de Castro

Mestre em Sociologia pela USP e professora – Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]
accastro@uninove.br

Economia brasileira discutida de maneira simples e abrangente

Escrito pelo professor universitário e analista socioeconômico do IBGE, com formação em Sociologia e Economia, “Introdução à economia brasileira” é um livro de economia que fica distante da discussão abstrata de conceitos. O autor optou por explicar todos os conceitos econômicos que nos habituamos a repetir cotidianamente, mas que nem sempre conseguimos compreender. Além de esmiuçar o significado dos conceitos, Mariano demonstra sensibilidade sociológica, o que enriquece a análise econômica. O autor toma o cuidado de mostrar que os conceitos econômicos têm causas e conseqüências que, apesar de apresentarem dinâmicas próprias, envolvem a vida dos indivíduos, muitas vezes mudando drasticamente suas trajetórias pessoais, como ocorreu no Brasil durante o Plano Collor. Esses conceitos não são, portanto, abstrações alheias à realidade dos indivíduos. Mercados e empresas são entidades abstratas cuja realidade só pode ser vista por meio dos indivíduos que deles participam.

O livro é dividido em 12 capítulos curtos que passam por períodos históricos em que, por meio da análise e de dados estatísticos, são tratados diversos aspectos da economia brasileira. Além da explicação didática dos conceitos e do cálculo de alguns índices e dados importantes para compreensão da economia brasileira com uma breve análise da imbricação social e histórica desses conceitos econômicos. No primeiro capítulo, trata-se do perfil do desenvolvimento econômico brasileiro do governo Getúlio Vargas até os gover-

nos militares. Na seqüência, o autor dedica-se a discutir conceitos centrais como dívida externa, inflação brasileira e os planos de combate à inflação (Planos Cruzado, Bresser, Collor e Real). Em seguida, trata dos conceitos de mercado cambial e política fiscal pela análise de impostos e taxas brasileiros e aborda a atual discussão sobre gastos públicos e reformas fiscal e previdenciária. Há ainda uma parte dedicada ao setor externo e ao balanço de pagamentos. Merecem destaque os capítulos finais que tratam de distribuição de renda, de mercado de trabalho, de globalização e de neoliberalismo.

Mariano discute algumas das peculiaridades históricas da economia brasileira relacionadas com a origem colonial e com a posição periférica que os países da América Latina ocupam na economia mundial, tais como a presença do Estado na industrialização, a origem da dívida externa com o processo de independência (e o custo interno que ela representa) e a alta dependência em relação ao capital estrangeiro.

Além de mostrar os aspectos globais da economia brasileira, o autor faz breve introdução à discussão de nossas desigualdades internas. Apresenta dados que indicam a desigualdade de distribuição da produção e da riqueza nas regiões do país. Como exemplo, pode-se citar que, em 2002, a região Sudeste participou do PIB com 56,22%, enquanto o Nordeste apresentou 12,88%.

Mas os dados que mais chamam atenção no desenvolvimento brasileiro, porém, são os que confirmam a desigualdade na distribuição de renda. O índice de Gini, que indica o grau de concentração de renda, piorou nos últimos 40 anos, apesar de a

economia ter-se diversificado. Os dados do IBGE analisados por Mariano indicam que, “no ano de 1999, os 50% mais pobres do país ficavam com 14% da renda nacional, ao passo que 1% da parcela mais rica do país concentrava cerca de 10% da renda nacional” (MARIANO, p. 54). A situação se agrava quando se avalia a situação das mulheres e dos negros: no mesmo ano de 1999, a diferença de rendimento entre quem está mais bem posicionado, o homem branco, e quem está logo abaixo, a mulher branca, era de, aproximadamente, 350 reais. Essa mesma diferença sobe para cerca de 500 reais quando se compara a situação de homens brancos e de pretos ou pardos. Quando se comparam os dois extremos, homens brancos e mulheres pretas ou pardas, a diferença do rendimento médio entre os dois sobe para 650 reais.

Ao lado da desigualdade de renda que caracteriza o Brasil, existe a questão das altas taxas de desemprego. O autor afirma que há vários fatores que explicam o crescimento do desemprego no Brasil desde 1990 e que a incorporação de novas tecnologias pelas empresas, responsável pelo aumento de produtividade e de faturamento, também reduziu postos de trabalho. Esse desemprego não teria acontecido apenas entre trabalhadores de baixa qualificação, o que, portanto, descarta, segundo o autor, a idéia corrente de que a má formação da mão-de-obra brasileira é a principal responsável pelo desemprego. O problema é mais complexo e indica coexistência de duas realidades no Brasil, no fim do século XX: o desemprego, derivado do desenvolvimento tecnológico, que já ocorria nas economias centrais desde 1970, combinou-se com “a configuração de um processo incompleto de formação de um mercado de trabalho, característico de países subdesenvolvidos” (MARIANO, p. 78).

Essa linha de raciocínio permite concluir que a qualificação do trabalhador como causa do desemprego desloca a discussão das políticas de emprego para educação, transferindo o pro-

blema de área. Não fica difícil perceber que esse deslocamento não resolve os problemas sociais do Brasil, pois a “falta de emprego para todos” se transforma em “falta de diploma para todos”: mais uma vez esse debate fica aquém, se considerada a importância do assunto, para se transformar em análise quantitativa e pautada pelas necessidades do mercado.

Os problemas sociais e econômicos que o Brasil trazia de sua formação histórica são agravados com o avanço das mudanças verificadas na economia mundial desde a década de 1980. Ao chegar ao Brasil, na década de 1990, a globalização encontrou uma situação ainda não resolvida de concentração de renda, déficit educacional e discriminação de negros e mulheres. As transformações provocadas pela globalização tornaram mais complexa a resolução desses problemas.

Em articulação com o complexo quadro social do Brasil está o enfraquecimento do Estado que, a partir da década de 1980, em decorrência da crise da dívida, perdeu capacidade de investimento na economia brasileira. O impasse foi resolvido com a adoção das reformas neoliberais e dos ideais defendidos no Consenso de Washington (ocorrido em meados dos anos 1980, nos Estados Unidos). Essas reformas incluíam, entre outras medidas, a reforma fiscal, a privatização e o retraimento da atuação econômica do Estado. Tais reformas tiveram início no governo Collor e tomaram forma nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

Conforme exposto no livro por Jefferson Mariano, a economia, apesar de suas leis, é também feita da escolha de projetos, da eleição de prioridades e das conseqüências dessas escolhas. Isso reforça a importância e a necessidade da conscientização e da discussão a respeito dessas questões e dos problemas socioeconômicos do país que a universidade brasileira deve estimular entre os estudantes de qualquer área e que esse livro ajuda a construir com competência.